

ANTOLOGIA

A dor é minha

por JORGE CONDEIXA

Entoa o Vento brando, muito brando,
Nas fôlhas sêcas, musicais rumores.
Na praia ouve-se o Mar de vez em quando,
A adormecer os velhos pescadores.

E o Mar e o Vento a par estão cantando,
Sôbre a praia e nas fôlhas, seus amores...
Bendito o Vento, que passou soprando,
Bendito o Mar, quando adormece as dores.

Ó Vento, sopra sempre à minha porta!
E tu, ó Mar, embala-me e acarinha
Minha tristeza, que parece morta!

Vento, não pares! E tu, água marinha,
Não deixes de cantar! Que vos importa
Que eu sofra tanto, irmãos, se a dor é minha?

O FADO

não é a canção nacional
(Conclusão da 1.ª página)

«As províncias e ilhas adjacentes».

O fado é derrotista, o fado é sempre a canção da desgraça, do vício, da miséria moral, pois tem como ambiente próprio a viela, a taberna, o bordel. Foje do sol, foje da vida, nega a saúde do corpo e da alma, para glorificar o crime e a podridão. Amolece e degrada o sentimento e mata a alegria de viver.

Cria no povo a melancolia e o fatalismo que o deprimem, confundindo o lirismo tradicional português que canta a natureza e enche de vida o coração e tornou possíveis obras de maravilha como o *Romance de Amadís*, de Lobeira, e a *Diana*, de Jorge de Montemor. Delas diz Lopes Vieira: «Tal o Amadís foi a Diana um de aqueles brevíssimos que tocaram e moveram o coração dos europeus».

Poder de força, poder de encanto, arauto sublime do carácter e do sentir, o lirismo português, nostálgico, é certo, da saudade e do amor, mas do amor-adoração e nunca do amor-desgraça, do amor-crime, é o verdadeiro timbre da alma portuguesa.

«Amor-adoração à portuguesa, de modo algum mole e derrotado antes obstinado como expressão incoercível das forças do carácter...», como diz D. Carolina Michaëlis do amor-adoração, puro e cheio de lirismo, a que Lopo de Vega endreçou este galante motejo:

A un português que lloraba
Preguntaron la ocasion;
Respondió que el corazón
Y que enamorado estaba.

Por mitigar su dolor
Le preguntaron de quien;
Respondió que de ninguén;
Lloro de puro amor.

Nunca o lirismo português foi derrotismo e negação—sua-vidade no sentir, bucolismo na alma, mas valentia heróica e a poder no braço. Ideal de so-

nhos, fé e crença na acção. Só assim era possível a epopeia das descobertas — o canto da saudade e a prece, nos lábios; a fé e valentia heróica, no coração. Aindado valor acentuado do lirismo português, base do sentir nacional, que deu *Amadís* e *Diana*, diz Ricardo Jorge: «A famosa *Diana*, lustre da literatura peninsular, é a florescência arcádica transplantada e metamorfoseada com vantagem no solo ibérico, ensaiada com o humanativo e aquecida ao Sol das Espanhas. Sobrepujou e substituiu em grande parte a influência da Arcádia italiana; da sua matriz, se desentranhou uma progénese novelística intra e extra peninsular. Marca o ápice do pastoralismo, e ao mesmo tempo um momento raro para nós de primado literário em que pela segunda vez, depois do *Amadís de Gaula* interferimos possantemente na evolução da arte mundial».

Tal o poder do lirismo português que hoje pretendem confundir com o baixo fatalismo das vielas.

Diz-nos também António Sardinha: «Não só pela epopeia da Fé e do Império, Portugal se tornou credor do mundo que pensa, do mundo que cria. Em plena orgia culta da Renascença os amores do *Donzelo do Mar* com *Oriana*, a *Sem-Par*, rasgam um sulco que, engrossando cada vez mais através dos refegos pedantescos do humanismo, vai desaguar numa tremenda «insurreição feminina» como Sainte-Beuve define o explodir do Romantismo. Claro que, pelas suas consequências negativas, a ditadura que o nosso lirismo impôs à Europa, primeiro por intermédio do *Amadís* depois pelo da *Diana* de Jorge de Montemor, não pode equiparar-se às grandezas dos outros aspectos da nossa influência civilizadora».

Ora, um povo que cria e se impõe, não podia de-certo ter

O Pelourinho de Nisa

(Conclusão)

X
trouxeram a Cruz desta Ordem insigne no lugar onde está hoje o escudo das armas da nova Nisa».

Ora, como veremos, tal afirmação é errônea. Se em Nisa a Velha houve pelourinho e, com a fundação da Nova, foi transferido para esta, outro deveria ser que não o demolido em 1877. Possivelmente alguma columna toscana de granito, como o de Vila Velha de Rodam e outros.

E é natural que, tendo êle desaparecido, a Câmara de 1791, conscia do significado de tais padrões, numa atitude bem diferente da dos vereadores de 1877, deliberasse interpretar o sentir dos povos do concelho deixando no lugar próprio o ptreo selo autenticador da soberania municipal através dos séculos.

Fosse como fosse, certo é não haver memória de outro pelourinho anterior ao de 1792 e, d'úvida alguma pode restar de só a edillidade de então ele se ficar devendo. É o que vou demonstrar.

Não pude averiguar qual a sessão da Câmara em que se deliberou erigir o Pelourinho. Mas apurei que a obra foi arrematada pelo mestre alvaneu José das Neves e que este, por não ter cumprido integralmente o seu compromisso, foi inti-

como expressão do seu sentir o fado, que só no século XVIII, por influências estranhas e facilitado pelo decadentismo que nos avassalava teve âmbito para criar raízes e vir até os nossos dias através rufias e rameiras, pretender impor-se como canção nacional. Poderá ser considerado, quanto muito, uma canção nacional.

De norte a sul de Portugal ouça-se o cantar de alegria de Entre-Douro-e-Minho, com a «chula», a «caninha verde» que nas romarias alacres fazem bater os corações enamorados. Entre-Tejo-e-Douro, o «estalinho», o «víras», o «malhão», cobrem o vale do Mondêgo, mesmo em Coimbra, de seiva ubérrima à que a natureza a empresta inspiração. Nos plainos de Além-Tejo, de tão gloriosas tradições musicais, e no reino dos Algarves, o «fandango» tão cheio de força, de destreza, de vigor, e as «saías», de tanto ritmo, cor e encanto—são bem os cantares do povo que se encontram nas recuadas eras celtas e árabes, nos trovadores dos séculos XII e XIII, e de todos os povos que habitaram o território português e em cuja tendência para um doce e terno lirismo vamos encontrar muito do nosso clima, da nossa paisagem.

Nunca o fado pode ser a expressão de um povo cuja vida foi sempre uma comunhão sacrosanta com a natureza, quer na terra, criando a Pátria, quer no mar desbravando o Mundo.

E, na época do ressurgimento que atravessamos, voltamos sempre ao que é nosso e bem nosso, feito do nosso sentir, para que se fortaleça a alma e se crie a fé num futuro de grandeza que nos pertence.

mado pela Câmara, em sessão de 8 de Outubro de 1791, a executar fielmente o estipulado no auto de arrematação. Diz a acta: «Nesta se acordou fosse notificado o arrematante da obra do Pelourinho para no termo de três dias apresentar a esta Câmara o apontamento (?) da dita obra, para se executar à sua custa, visto o não ter como devia executado, pena de que assim o não fazendo, ser igualmente presos».

Logo em 5 de Novembro do mesmo ano, a Câmara, mostrando o maior zelo pelo acabamento e perfeição escultórica do Pelourinho, exigiu do cidadão José das Neves que o seu trabalho fosse orientado nos termos da seguinte deliberação: «Nesta mesma Vereação convençionaram os Officiaes da Câmara com o Mestre Alvaneu José das Neves atendendo ao risco do Pelourinho ter alguns defeitos que não poderia ficar com o primor e altura como queriam a que o dito Mestre o aperfeiçoaria acrescentando fazer nova obra no Pedestal, columna, Florões, Bases e Capiteis, a columna oitavada e toda a obra bem burnida, dando-se pelo acrecscimo seis moedas de quatro mil e oitocentos reis; do que para coistar se fez este termo, etc...». Assinaram o auto: José Tomás Pereira de Negreiros, Juiz de fora; João Bernardo da Fonseca de Eça, Braz Vieira da Silveira, Diogo Dias Galiano e o alvaneu José das Neves.

Ficamos assim sabendo qual a vereação que fez erguer o Pelourinho. E até se sabe mais:— que, na sessão de 23 de Janeiro de 1792, «se mandou dar 7\$200 reis ao pintor João da Mota de dourar e pratear o Globo e Espada do Pelourinho» e ainda que, na sessão de 11 de Fevereiro do mesmo ano, «se determinou se dessem ao ferreiro José Fernandes Alfala pelo Globo que fez para o Pelourinho duas moedas de 4\$800 reis».

Em pleno século XVIII a edillidade tinha didéias sãs e constructivas; no século immediato, um vento de insânia passou pelo país e fez baquear a maior parte de tão interessantes reliquias do passado.

Dos pelourinhos existentes no Concelho, sabemos que ao de Alpalhão lavrou a sentença de morte o vereador António José Caldeira Temudo, propondo, em sessão de 9 de Julho de 1869, a sua demolição «não só por ser este exemplo seguido em muitas terras, mas mesmo por ser construído toscamente em um lado da praça, de maneira que obstrui a fácil passagem dos carros... e para aproveitar a pedra na obra do açogue que se está construindo».

A demolição do de Montalvão foi autorizada em sessão de 24 de Setembro de 1874, a pedido da respectiva Junta de Paróquia, e o de Tolosa teve a mesma sorte por proposta do vereador José Lúcio Gouveia, em sessão de 10 de Fevereiro de 1877, que «visto o Pelourinho que ainda existe mostrar recordação de tempos antigos

com que ainda existe recordação de tempos com que todos olham pugnância que fosse já bado e que se vendesse dra passando-se por competentes editais».

Os vereadores lá entê que, como no Templo de salém, era necessário não se pedra sobre pedra. E couf... O Pelourinho do e remetido para uma dência do Matadouro...

A Praça, por deliberação de 11 de Outubro de 1877, horizada. As árvores ch em 19 de Abril e foram das no dia immediato. No do Pelourinho foi colocada araucária, ainda contonea da minha mocidade.

Todas as árvores deceram e os blocos do nho, apesar de nova im da vereação de 1880 para postas em almoceda, coram continuar a fazer dono a que os relegaram que, mais tarde, uma ou lidade arvorou parte de Rossio, como suporte de deço, levantando ass público o mais vergonh documento de incompre falta de civismo da grei cipal.

Por iniciativa do Sr. Miguéns, tal ignominia receu do principal larg la e tudo se preparan que, finalmente, com lezamente da Praça do pio, o Pelourinho fosse tituido e recolocado onde nunca deveria te

Como disse, só o Sr. Dr. José Miguéns a sua residência na cap forçado assim a deixar dência da Câmara im execução desse projecto técnicos competentes sido encarregados.

Impõe-se, portanto, Sr. Dr. Mourato Peliqua tual presidente, de seg ao propósito do seu an E que todos demos o tusiástico concurso pa var a efeito a reparaç ultraje feito em 1877 gloriozas tradições m listas.

Que o largo, que é sim dizer o átrio dos Concelho, seja desafro inestética fonte ali e, no seu lugar, coloc co, o legitimo, o autê numento que, com d mento patriótico, pode fazer vibrar a alma da municipalidade.

Se não o fizermos, tecerá? Apenas isto: pedras do Pelourinho medidas para Lisboa e qualquer museu, ficat a inconsciência, o lo — por que não d criminoso indiferen tos deixem perpetrar agravo aos nossos nhos de povo livre.

E termino com a do Dr. Alfredo Subtil, páginas 29 do livro Pel de Luis Chaves: «Que ra não esqueça que ha ça do Municipio uma de terra, que muito se ria, se hoje lhe fosse tar a abrir o seu selo liquia, que tão queri nossos Avós e que Pelourinho.

J. FIGUEIRA